

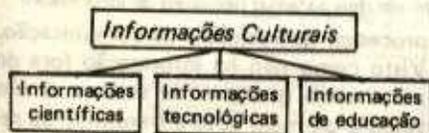


O SUBSISTEMA DE INFORMAÇÃO CULTURAL MILITAR TERRESTRE - UMA PROPOSTA

Francisco Ruas Santos

CONCEITOS BÁSICOS

Se excluirmos do âmbito das Forças Armadas as informações do conjunto Segurança (informações operacionais, de combate inclusive, e de segurança interna, por exemplo), podemos definir um outro conjunto onde se situam informações não de segurança, ou culturais no mais amplo sentido:



O primeiro conjunto está diretamente relacionado com as atividades-fim da Força Armada; o segundo, com as atividades-meio.¹

São informações deste conjunto aquelas de que vamos tratar. Mas antes é de toda conveniência recapitular alguns

conceitos básicos, de validade mundial e geral.

O conjunto das informações disponíveis no mundo é englobado no NATIS (Sistema Mundial de Informação), subdividido por países (NATIS/Brasil, por exemplo), para fins de pesquisa ou de domínio de documentação e de intercâmbio. Já fizemos referência a esse conjunto, em artigo nesta Revista.² Nessa ocasião, acentuamos que a implantação do NATIS no Brasil constituía, e ainda constitui, uma grande aspiração da comunidade de bibliotecários e documentalistas, tal como ficou claro na declaração final do 9º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, reunido em Porto Alegre, em 1979.

Acontece que, ao lado do NATIS, há o UNISIST (Sistema Mundial de Informação Científica) da UNESCO. Surgiu, então, a necessidade da integração dos dois sistemas num único. Por isso, na conferência geral da UNESCO, em Nai-

robi, 1976, criou-se o Programa Geral de Informação (PGI), o qual deve abranger as atividades do NATIS e do UNISIST sob uma única coordenação.

Lição bem clara e muito oportuna, que daí se pode extrair para o caso brasileiro, é a da necessária coordenação dos sistemas e subsistemas de informação, e nisso temos o aspecto principal deste artigo. Outro aspecto, tão importante quanto o da coordenação de sistemas e subsistemas de informação, está em que eles se constituem sem subordinação a fronteiras entre países, a limites entre estados brasileiros e a áreas de jurisdição de organizações administrativas públicas ou particulares. Por outras palavras, um sistema de informação é sinônimo de *integração de informações* além fronteiras, limites ou áreas de jurisdição. Assim, por exemplo, ao Ministério do

Exército corresponde o sistema de informação militar terrestre ou sistema de informação do Exército; mas, nesse sistema, predominantemente relacionado com as atividades-fim da força terrestre, se inserem o sistema de informação cultural, cujo órgão central deve estar no Ministério da Educação e Cultura, e o sistema nacional de informação científica e tecnológica (SNICT), cujo órgão central é o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), do Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), subordinado à Secretaria de Planejamento (SEPLAN). O SNICT é, também, referido como Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (SNDCT).

Tal inserção pode ser assim representada:

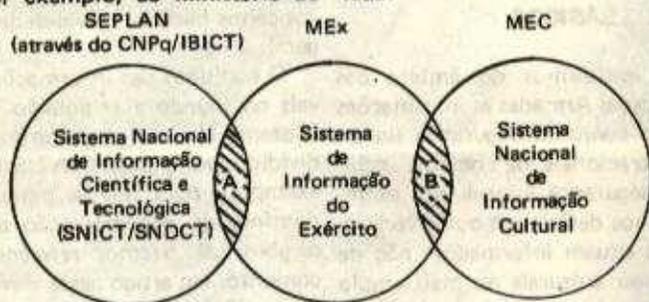


Fig. 1

Inserção do sistema de informação do Exército em dois sistemas nacionais de informação

O sistema de informação do Exército integra, como os das demais forças singulares, o conjunto da informação militar, cujo órgão central deve ser o EMFA.

O COMPLEXO DOCUMENTAÇÃO/INFORMAÇÃO/COMUNICAÇÃO

É preciso também ficar bem claro que o termo *Informação* tem sentido muito amplo, de conjunto de processos de tratamento de informações ou de

processos operacionais da comunicação. Visto como não há informação fora de um sistema qualquer de sinais e de um veículo ou meio apto a transmitir ou registrar esses sinais, podemos conceber a existência do complexo Documentação/Informação/Comunicação ou, em sentido inverso, Comunicação/Informação/Documentação, no qual os três termos são equivalentes. Para entender bem isso, basta que nos lembremos de que um livro (documento), contendo informa-

ção, praticamente não existe, se esta, ainda que de forma resumida, não chega ao conhecimento (através da comunicação) do leitor.

A partir dessa concepção, podemos admitir que os acervos documentais (arquivos, bibliotecas e museus) em órgãos autônomos ou entidades administrativas subordinadas, devem ser tomados como conjuntos que são constituídos ou partes de sistemas de informação. Inversamente, quando falamos destes, podemos admitir que correspondem a estruturas organizacionais.

Neste artigo só nos referimos, ou vamos nos referir, em especial, a sistemas de informação, fazendo abstração dos órgãos em que se encontram acervos documentais.

NOSSA PROPOSTA

Estabelecidas essas premissas, podemos entrar na parte principal deste nosso trabalho, ou seja *uma proposta de como deve ser concebido o subsistema de informação cultural militar terrestre, integrante do sistema nacional de informação cultural do NATIS/Brasil.*

O SISTEMA NACIONAL DE CULTURA

Entende-se, desde 1976, que tal sistema deve abranger: o Sistema Nacional de Arquivo, o Sistema Nacional de Biblioteca e o Sistema Nacional de Museu. O primeiro já está criado pelo Decreto 82.308, de 25 de setembro de 1978, tendo como órgão central o Arquivo Nacional. Ainda que inorgânicos, os demais, como este, têm notável expressão nacional.

Vistos segundo o critério do complexo Documentação/Informação/Comunicação, aos três sistemas organizacionais correspondem, respectivamente: o Sistema de Informação Arquivística, o Sistema de Informação Biblioteconômica e o Sistema de Informação Museológica, integrantes do Sistema Nacional de Informação Cultural. Sugerimos que ao lado daqueles três exista o Sistema de Informação Histórica correspondente ao conjunto abrangente dos institutos históricos e de outras instituições de estudo e pesquisa histórica, principalmente no que se refere ao Brasil.³

Relativamente ao NATIS/Brasil, essa estrutura assim se apresenta:

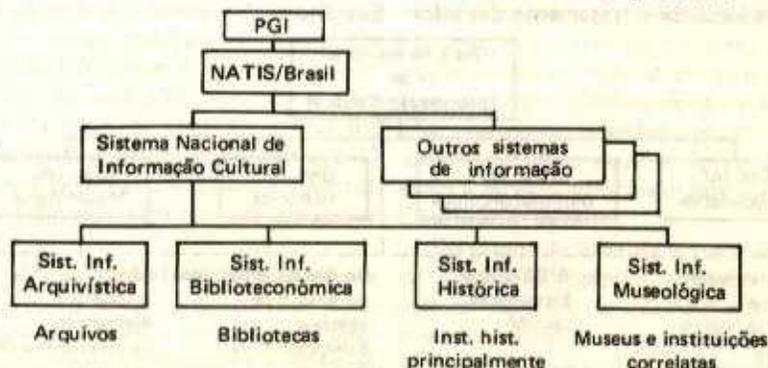


Fig. 2

Concepção para a estrutura do Sistema Nacional de Informação Cultural

O SUBSISTEMA DE INFORMAÇÃO CULTURAL MILITAR TERRESTRE

No Ministério do Exército, o Centro de Documentação do Exército, tendo como órgão mais expressivo o Arquivo do Exército, deve ser visto como parte do Sistema de Informação Arquivística; a Diretoria de Assuntos Culturais, Educação Física e Desportos (DAGED), por englobar a BIBLIEX e o Museu do Exército, deve ser vista como parte dos Sistemas de Informação Biblioteconômica e Museológica.

Assim, o subsistema de informação cultural militar terrestre proposto, parte do sistema de informação do Exército, engloba as informações da área B (Fig. 1). Dito isto de outro modo, as informações que constituem essa área pertencem, *ao mesmo tempo*, aos conjuntos sistema de informação do Exército e sistema nacional de informação cultural.

Na prática isso significa que, não devendo — em atenção aos princípios de racionalidade e economicidade inerentes a qualquer sistema de documentação/informação — haver superposição ou duplicação de trabalho, ao Ministério do Exército ou ao Ministério da Educação e Cultura incumbe o tratamento das infor-

mações da área B. No caso da informação biblioteconômica, se o Ministério do Exército dispõe de bibliotecários, a eles toca a catalogação de livros e fazer com que a informação daí resultante passe a integrar o Sistema Nacional de Informação Cultural, através do Sistema de Informação Biblioteconômica. Ao Ministério da Educação e Cultura compete propiciar condições para que essa integração se efetive, através, por exemplo, de normas nacionais para a catalogação.

Quanto à coordenação, a nível nacional, dos sistemas integrantes do Sistema Nacional de Informação Cultural, se existe, não sentimos ainda a sua presença em todos os setores. No Sistema de Informação Biblioteconômica está efetivamente presente essa coordenação superior, relacionada com a possibilidade da integração de informações catalográfico-biblioteconômicas pela aplicação do *Formato CALCO*.⁴

O subsistema de informação cultural militar terrestre pode, então, ser vislumbrado da seguinte forma (ou em potencial), se considerarmos filiados ao Sistema Nacional de Informação Cultural, pelas atividades operacionais da informação, os órgãos de documentação do Exército:

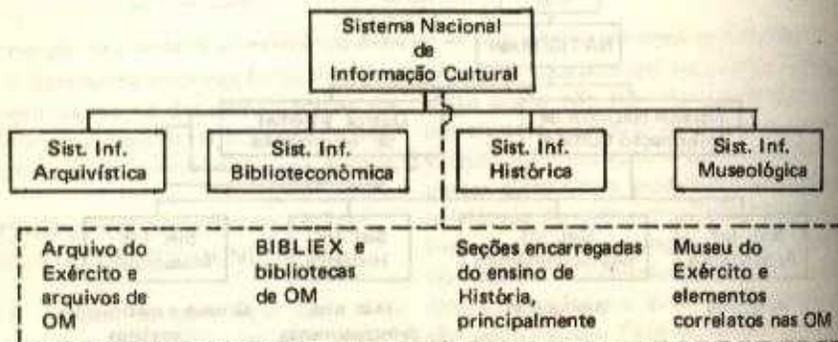


Fig. 3

Organizações Militares (OM) que no Exército integram o Sistema Nacional de Informação Cultural

A ORIENTAÇÃO E A COORDENAÇÃO GERAIS PARA AS ATIVIDADES DO SUBSISTEMA DE INFORMAÇÃO CULTURAL MILITAR TERRESTRE

Do ponto de vista da organização administrativa, vê-se que os órgãos militares terrestres, que integram os sistemas subordinados do Sistema Nacional de Informação Cultural, permeiam todo o Exército. Por isto, principalmente, a orientação e a coordenação gerais das atividades culturais que, em última análise, dentro da força terrestre, vão dar ao seguimento, nesta, do sistema de informação cultural, devem partir do Estado-Maior do Exército. Este o faz mediante diretrizes, correspondência ou manuais.

Assim, por exemplo, a orientação mais geral para tais atividades é a constante da *Diretriz para Atividades do Exército no Campo da História*, aprovada pela Portaria 061-EME, de 7 de outubro de 1977. Ao prever a distribuição dessas atividades pelas OM, o Estado-Maior do Exército dá-lhes, também, uma primeira coordenação geral. O que deve ser, principalmente, ressaltado nessa diretriz é que ela:

a) subordina o trabalho histórico-militar às fontes históricas existentes em arquivos, bibliotecas e museus, do Exército ou não; vale dizer, concebe as atividades da pesquisa histórico-militar terrestre como situadas no âmbito dos sistemas integrantes do Sistema Nacional de Informação Cultural que apresentamos;

b) dá como objetivos para as atividades de História:

- 1) contribuir para a formação e o aperfeiçoamento dos quadros e da tropa;
- 2) contribuir para o desenvolvimento da doutrina militar terrestre;

- 3) preservar e divulgar o Patrimônio Histórico-Cultural do Exército.

No tocante a museus, parques, monumentos e outros locais históricos, a diretriz é ainda mais explícita, pois que lança as bases para as atividades do sistema correspondente, que deve desenvolvê-las em harmonia com o órgão apropriado do MEC.

A DENOMINAÇÃO DO SUBSISTEMA PROPOSTO

Pode-se perguntar: qual a razão para denominar de *cultural* o subsistema de informação militar terrestre aqui proposto?

Em primeiro lugar, porque estamos considerando Cultural, no seu mais amplo significado, como termo que abrange História; e, também, Cultura em sentido restrito, ou Cultura Brasileira como herança da sociedade brasileira e, como tal, abrangente do que, através da História, ou no caso particular, da História Militar Terrestre, integra essa herança, tal, por exemplo, os feitos dos combatentes luso-brasileiros na Guerra Holandesa e os documentos e restos relacionados com essa história.

Em segundo lugar, porque a *informação histórica*, parte do conjunto *informação cultural*, nele é destacado por compreender o tratamento das informações que devem atender aos nºs 1 e 2, letra b do tópico anterior, isto é, as que estão a serviço, principalmente, da doutrina militar terrestre.

Do ponto de vista da comunicação e da integração sistêmica, a denominação *cultural* também se justifica, porque o Exército, através dos documentos do seu acervo, *deve apoiar a produção cultural civil*, na Televisão e no Cinema, principalmente, contribuindo para na-

cionalizar espaços ocupados por produtos alienígenas, inclusive os da pior espécie.

ATIVIDADES E SEGMENTOS DO SUBSISTEMA DE INFORMAÇÃO CULTURAL MILITAR TERRESTRE

As atividades que caracterizam um sistema de informação cultural são, hoje principalmente, as de: catalogação coletiva; resumo e indexação analítica; disseminação seletiva da informação (DSI); aquisição planejada.

Na prática, tais atividades devem ser desenvolvidas através de *projetos e programas*.

Se um acervo documental já está conservado (assegurada a preservação e a restauração necessária), o projeto de mais alta prioridade é o de catalogação aplicando-se o *Formato CALCO* (ver nota 4), havendo ou não computador disponível. O serviço de resumo aí pode estar incluído e/ou ser parte da disseminação seletiva da informação. Esta atividade, aliás, por exigência da Comunicação, de um modo ou de outro, deve seguir, *imediatamente*, no todo ou em parte, às atividades de catalogação, à vista dos *perfis dos usuários* das informações do sistema.

Considerando que o EME já previu⁵ que tais atividades devem levantar subsídios para a elaboração de um tesouro de terminologia militar terrestre, cuja estrutura principal está contida no manual com um glossário de termos militares terrestres (C 20-230), aí está definido um outro projeto-atividade a desenvolver pelo subsistema.

De modo esquemático, o subsistema de informação cultural militar terrestre, cuja existência está concretizada principalmente no âmbito do Centro de Do-

cumentação do Exército, através do Arquivo do Exército e da Diretoria de Assuntos Culturais, Educação Física e Desportos (DACED), através da BIBLIX e do Museu do Exército, assim se apresenta, quando se consideram as atividades sistemáticas a desenvolver:

<i>Informação Cultural</i>	<i>Informação Histórica</i>
Projeto CALCO (catalogação, resumo).	Projeto História do Exército Brasileiro (Projeto HEB).
Projeto INDEXAÇÃO.	Projeto Pesquisa Histórica.
Projeto THESAURUS.	Outros projetos planejados (Memória da FEB, p. ex.).
Projeto BASE DE DADOS.	
Outros projetos (aquisição planejada, de outros formatos, p. ex.).	

O segmento *Informação Cultural*, através da catalogação, do resumo, da indexação e da base de dados, deve servir de *apoio imediato* ao segmento *Informação Histórica*. Assim, por exemplo, atendendo a recomendações do Simpósio de História do Exército Brasileiro,⁶ de 1971, levantaria *informações necessárias* para a apresentação da História Militar terrestre sob forma não literária (história em quadrinhos por exemplo), através da indexação analítica ou do processo de geração da base de dados. Essa base, por seu turno, deve atender, em escala progressivamente maior, a demanda de *informação referencial* por parte do público interno e externo, tal, por exemplo, a que se destina à geração de bancos de dados de História do Brasil segundo seus temas.⁷

Obviamente, a *Informação Histórica* deve atender, simultaneamente, ao desenvolvimento da doutrina militar terrestre e à elaboração da História do Exército brasileiro, de *base científica*, a realizar através da pesquisa básica feita de modo metódico e permanente, pelo segmento *Informação Cultural*.⁸

Eis a nossa proposta relativamente à composição e às atividades do subsistema de informação cultural militar terrestre, integrando diretrizes, normas e idéias já surgidas na comunidade de informações culturais do Exército desde 1970.

NOTAS

1. Podemos, ainda, visualizar outros conjuntos de informações relacionados com as atividades-meio, como, por exemplo, o das informações administrativas (pessoal, finanças, material), mas podemos omiti-los aqui, por não interferirem no assunto deste artigo.
2. "Informação e Desenvolvimento", *A Defesa Nacional*, 678: 85-93, Jul-Ago 1978.
3. O Sistema de Informação Histórica decorre da análise daquele que existe em potencial ou de modo inorgânico, tal como o autor expôs em seu discurso de posse no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no dia 17 de maio de 1978, publicado na respectiva Revista, v. 322, Jan-Mar 1979, p. 243-267.
4. O *Formato CALCO* é um manual para a catalogação legível por computador, adaptação do Projeto MARC II, norte-americano, inicialmente sob a forma de tese da bibliotecária Alice Príncipe Barbosa e, depois, em 1977, editado em sua forma atual mediante convênio MEC/CNPq. A Fundação Getúlio Vargas o aplica em sua Biblioteca e, mediante contrato com outras bibliotecas, vem desenvolvendo o *Sistema CALCO*. Para fins práticos, é, assim, a Fundação, uma *central de catalogação co-*

operativa. Se as outras instituições biblioteconômicas nacionais fizerem o mesmo, concretizar-se-á, finalmente, uma *rede nacional de bibliotecas* ou o *Sistema de Informação Biblioteconômica*. O que é mais importante ressaltar é que já foram dados os primeiros passos em tal sentido, cabendo às bibliotecas brasileiras lutar pela obtenção de recursos para a aplicação do *Formato CALCO*.

5. Cf. Ofício 30/SD-3, de 2 de outubro de 1981, do Vice-Chefe do EME, dirigido ao Vice-Chefe do Departamento de Ensino e Pesquisa.
6. O Simpósio reuniu, além de historiadores, professores de História, Letras e Comunicação Social, civis e militares.
7. Os bancos de dados com telecomunicação, em especial para alimentar os *videotex* em futuro próximo, com dados não utilitários ou culturais, começam a ser implantados. O do MOBRAL/TELERJ já está operando no Rio de Janeiro, transmitindo por telefone informações culturais. A questão mais importante, no momento é, porém, a dessa alimentação, em particular com informações históricas, de História do Brasil principalmente. O Centro de Informações Culturais, do Rio de Janeiro, já iniciou a geração de base de dados com informações de História Geral do Brasil, por temas e assuntos principais, e espera colocá-la à disposição dos interessados, no decorrer de 1982.
8. Essa pesquisa, de base científica, foi prevista em 1970 pela Chefia do EME, na Portaria desse órgão que criou a Comissão de História do Exército Brasileiro, responsável pela elaboração da *História do Exército Brasileiro – Perfil Militar de um Povo*, em três volumes, editada em 1972.



O Coronel R/1 Francisco Ruas Santos, da Arma de Infantaria, é possuidor de todos os cursos do Exército, além do Curso Avançado de Infantaria, realizado em Fort Benning, EUA, e da Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro. Presidiu a Comissão de História do Exército Brasileiro, do Estado-Maior do Exército, responsável pela edição da *História do Exército Brasileiro (1972)*. Nessa função, idealizou o *Centro de Documentação do Exército* em 1973. Fundou e dirige o *Centro de Informações Culturais*, do Rio de Janeiro. Desde 1974 dedica-se ao estudo dos sistemas de informações, tendo publicado o *Thesaurus do Sistema de Informações de Transportes (1976-1977)* e *Informação e Indexação*.